

RESOLUÇÃO N.º 060/2010-TJ, DE 01 DE SETEMBRO DE 2010

Altera dispositivos do art. 1º, da Resolução nº 07/2009, relativamente à concessão de férias aos magistrados de primeiro grau.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que foi deliberado na Sessão Plenária desta data,

CONSIDERANDO a necessidade de se adequar as disposições contidas na Resolução nº 07/2009-TJRN ao SISTEMA CHRONOS, que é destinado ao protocolo e apreciação dos pedidos de férias dos magistrados de primeiro grau, em meio eletrônico;

CONSIDERANDO que, não obstante a disponibilização, em meio eletrônico, para oferta do requerimento de férias, diversos magistrados não indicaram, tempestivamente, os meses de opção para usufruto de suas férias, circunstância que dificulta a reinserção na escala, após conclusão;

CONSIDERANDO a freqüente movimentação de juízes de direito auxiliares e substitutos nas respectivas varas e comarcas, com reflexos na escala previamente definida, em especial, no que pertine à manutenção de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de magistrados em atividade;

RESOLVE:

Art. 1º Dá nova redação ao art. 1º, da Resolução nº 07/2009-TJRN, na forma seguinte:

“Art. 1º Os magistrados de primeiro grau gozarão de férias individuais de sessenta dias, podendo ser fracionadas em dois períodos de trinta dias, conforme escala anual organizada pela Corregedoria-Geral de Justiça, obedecido o interstício de dois meses, ressaltando-se que não podem gozar férias individuais antes de um ano de exercício inicial na carreira ou de dois meses do término das últimas férias gozadas (art. 111, da Lei Complementar nº 65/1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 379/2008).

§ 1º Os requerimentos de férias serão apresentados por meio eletrônico, através do SISTEMA CHRONOS, mediante acesso à página do Tribunal de Justiça, no endereço www.tjrn.jus.br, devendo o magistrado indicar duas opções para cada período de fruição. (NR).

§ 2º O prazo para o magistrado manifestar sua preferência, por meio eletrônico, encerra-se no dia 31 de maio do ano anterior ao efetivo gozo. (NR)

§ 3º Em face ao princípio da unidade familiar, havendo casal de magistrados interessados, deverá manifestar a sua preferência em

requerimento conjunto, no prazo e na forma do parágrafo anterior, sendo observado dentre os requerentes o mais antigo e ainda o que determina o § 5º, do art. 1º, desta Resolução.

§ 4º O não envio do requerimento no prazo fixado no § 2º, deste artigo, implicará na perda do exercício de preferência. Nesta hipótese, o requerimento individual deverá ser apresentado à Corregedoria-Geral de Justiça para exame a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro do ano de vigência da escala. (NR)

§ 5º A escala de férias deverá ser publicada pela Corregedoria-Geral de Justiça até o dia 31 de agosto do ano antecedente a sua fruição.

§ 6º A escala será organizada de forma a não prejudicar as atividades forenses, e o substituto legal responderá excepcionalmente por mais de uma comarca ou vara, observando-se a ordem de substituição legal, ressalvadas as hipóteses previstas pelo § 8º deste artigo.

§ 7º Na elaboração da escala de férias, o magistrado mais antigo na carreira terá preferência sobre os demais, garantindo-se a rotativa e sucessiva antiguidade, de modo que no ano seguinte o segundo magistrado mais antigo tenha preferência sobre os demais concorrentes e assim sucessivamente.

§ 8º Na escala de férias serão observadas as ordens de substituição legal e a especialidade de cada Juízo, bem assim as peculiaridades de cada comarca ou vara, devendo permanecer em atividade, pelo menos cinquenta por cento (50%) dos magistrados titulares em cada comarca com mais de um juiz de direito ou varas especializadas. O mesmo percentual deverá ser observado para a composição dos grupos de magistrados auxiliares e substitutos. (NR)

§ 9º A publicação da escala implica o deferimento das férias dos magistrados de primeiro grau e sua alteração, interrupção, suspensão ou adiamento, somente ocorrerão nos casos de convocação pela Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça ou Direção da Escola da Magistratura; convocação para substituir no segundo grau; por necessidade do serviço eleitoral ou por afastamento autorizado pelo Pleno do Tribunal de Justiça, nas hipóteses do art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 35/1979 (LOMAN) e do art. 1º, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, da Resolução nº 04/2004, deste Tribunal de Justiça.

§ 10º Os magistrados das comarcas e varas que se substituírem poderão encaminhar requerimento conjunto de férias. Neste caso, sempre que possível a escala será elaborada conforme as preferências manifestadas no acordo prévio, respeitando-se a antiguidade na carreira dos magistrados que não fizeram parte do requerimento e as necessidades do serviço.

§ 11 Para fins de elaboração da escala serão considerados os termos das Resoluções nº 010/2007-TJ e nº 020/2007-TJ que estabelecem a ordem de substituição dos magistrados ou norma que venha a substituí-las.

§ 12 O magistrado cuja proposta de inclusão na escala de férias não seja aceita pela Corregedoria-Geral de Justiça, por incompatibilidade quanto às substituições, será notificado para, conhecendo as opções possíveis, formular nova proposta em quarenta e oito horas. Ultrapassado este prazo sem requerimento, aplica-se o disposto no § 3º deste artigo. (NR)

§ 13 Verificando-se a renúncia de férias pelo magistrado, não haverá estorno do respectivo valor recebido.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Pleno, “Desembargador João Vicente da Costa”, em 01 de setembro de 2010.

AMAURY MOURA SOBRINHO
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DES. OSVALDO CRUZ

DR. KLAUS CLEBER MORAIS MENDONÇA
JUIZ CONVOCADO

DES. JOÃO REBOUÇAS

DRª SULAMITA BEZERRA PACHECO
JUÍZA CONVOCADA

DES. VIVALDO PINHEIRO

DES. AMÍLCAR MAIA

DES. DILERMANDO MOTA